

EDITORIAL

TRABALHO & EDUCAÇÃO: PARA UMA CRÍTICA DA AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NO BRASIL

O novo número de *Trabalho&Educação* (v. 29, n. 3) que entregamos à leitura e estudo criteriosos do leitor e pesquisador interessado nas questões mais importantes do campo de práticas e investigações das relações entre a atividade e a formação humana dos indivíduos, chega num momento de particular inquietação. Seja em termos nacionais, seja internacionalmente, o ano de 2020 se encerra sob a sombra da transcorrência de uma das mais graves pandemias da história moderna. Como conteúdo e sentido quase nunca discerníveis ao grande público, a COVID19 desnudou antes de tudo a falência relativa de um modo de produção que não tem por pressuposição o atendimento dos carecimentos humanamente vivenciados, nem é vincado por princípio na lógica de aperfeiçoamento da própria produção e, por fim, que somente tem com o conhecimento e a cientificidade uma relação puramente pragmática e subsumida à determinação da reprodução do mais-valor em suas duas modalidades formais.

A respeito deste último aspecto, ressalte-se que se revelam bastante superficiais, quando não tolos, os vaticínios que descreviam as complexas sociedades modernas como sociabilidades direcionadas pelo conhecimento científico e tecnológico. Não somente várias formas de negacionismo da racionalidade demonstram o contrário, mas também a impotência relativa dos sujeitos envolvidos na produção e mobilização de saberes e conhecimentos científicos em sequer influenciar em decisões de longo prazo e amplo escopo social.

Não por acaso, trazemos ao leitor atento e preocupado com a formação humana dos indivíduos, no conteúdo proposto em nossos artigos (três deles da lavra de pesquisadores de outros países) e das apresentações de pesquisas de pós-graduação, sob vários ângulos as relações intrincadas, complexas e contraditórias tecidas entre conhecimento teórico, formação e organização societária no contexto da sociabilidade do capital. Missão que *T&E* declarada e reconhecidamente forceja por cumprir como um dos periódicos do campo científico-acadêmico da vasta e variegada área das pesquisas em educação. Neste sentido, é decisivo deixar sempre consignada a divisa que nos orienta: trazer à luz com rigor teórico e explicativo o estado da arte das investigações, dos debates e dos problemas candentes do campo circunscrito pelos pilares objetivos e conceituais *trabalho* e *educação*. Por isso, esse empreendimento que compartilhamos com pesquisadores de diversos lugares e instituições, pessoas da comunidade acadêmica e, contigo, leitor atencioso, crítico e companheiro, é tão importante. Nós, e nossas irmãs da área da educação, em especial aquelas que partilham conosco pressupostos axiológicos, conceituais e éticos, buscamos, ao realizar nosso intento, promover a difusão das discussões em duplo sentido. Por uma parte, levar ao público interessado com cuidado e fidelidade os complexos temas que caracterizam esta subárea da Educação (dentro das *CHSA*), colaborando para a educação acadêmica e científica em sua ponta institucional. Mas, também, de outra parte, convidando pela instigação da curiosidade e dos interesses pessoas que desejem integrar este esforço.

É esta, pois, a significação histórica objetiva, mais que uma volição e compromisso de natureza individual ou grupal, que anima e dá efetivo sentido aos esforços de publicação científica em qualquer área dos conhecimentos e dos saberes.

No contexto sombrio mais acima descrito, em sua generalidade, as determinações vigentes e preponderantes da ordem social do capital se fazem sentir e se afirmam em suas contradições, incongruências e aporias no campo mais amplo do tecido societário, mas também não dão mostrar de arrefecimento ou enfraquecimento. Diversamente do que suporiam algumas boas almas, a emergência de uma situação na qual a fragilidade relativa dos indivíduos e a necessidade do fortalecimento de vínculos sociais mais sólidos e solidários não levaram sequer à percepção das inviabilidades constitutivas do modo de produção, quanto mais da imperiosidade de sua superação. Ao contrário...

Como observou Marx, certa feita, o capital, como *Daseinsform* mais preponderante na totalidade orgânica da produção e reprodução da vida a partir da modernidade, deve ser entendido também em seu caráter de relação que permeia e se intermeia em todos os territórios, dimensões e expressões da vida societária. Dizia mesmo ser o capital comparável a um *ether* especial, uma “substância” formal, “etérea”, no qual tudo e todos, em todas as suas relações, estão mergulhados e determinados em seus movimentos e remetimentos recíprocos.

A produção, a difusão e a formação científicas não são atividades e nichos que possam existir incólumes a essa determinação essencial pelo capital. Ao reverso, são, desde o século XIX, momentos cada vez mais inseridos e subsumidos, complexa e contraditoriamente, à totalidade da produção e reprodução do mais-valor e das demandas de seu acumular frenético e sem peias. Não escapam, de modo algum, às consequências e implicações das reviravoltas dos ciclos de acumulação mundial, que se distribuem de modo assimétrico, mas sempre de forma deletéria segundo as particularidades genéticas e históricas locais, regionais e nacionais das suas diversas e desiguais dinâmicas econômicas capitalistas

Outra não é, por conseguinte, a acepção social concreta de um novo vulto sombrio que avulta no horizonte da editoria acadêmico-científico brasileira, nesses tempos já por demais pesados que nos assomam. Não que este elemento complicador, sobre o qual agora deterá a discussão, e frente a este, oferecer-se-á o posicionamento de *Trabalho&Educação*, seja um “acontecimento” repentino e fortuito. Não o é, em nenhum dos dois sentidos.

Refere-se aqui aos resultados preliminares, mas que são “oferecidos” à comunidade dos editores de periódicos da área de educação, como princípios de diretrizes avaliativas. oriundas da CAPES, agência de fomento, que por sua natureza essencial ao desenvolvimento da formação de contingentes científicos, acaba por tornar-se na última vintena (e mais ainda sob o manto deste atual desgoverno), o órgão direcionador dos vigamentos do edifício da produção científica encetada no Brasil.

Discussão que tanto se faz urgente de ser feita e retomada, a ser permanentemente inquirida nas variegadas situações e diferentes formas de processualidade social, quanto mais se reconheça como um assunto categorial e temático de suma importância para o educar. A avaliação é assim central ao decurso de todo e qualquer andamento de objetivação, prática, técnica ou educacional. Avaliar deve ser entendido como o acompanhamento dos rumos, e dos eventuais descaminhos, de um ato formativo, das coisas às formas de ser consciente, dos saberes ao conhecimento teórico. O ato avaliativo é sempre um ponderar entre objetivos de atualização/realização de esforços

envidados e seus resultantes. Ponderação esta que precisa se dar sob o viger de um determinado conjunto de balizamentos que proporcionam a apreciação, e a aferição (quando for o caso), de um itinerário particular, conforme especificidades e temporalidades próprias a cada ato de objetivação.

Avaliar, neste sentido rigoroso, requer como quesito inegociável clareza de definição e explicitação acerca dos *critérios*, dos parâmetros, pelos quais se ajuízam, que são julgados, um determinado percurso formativo qualquer, num intervalo de tempo correspondente ao fazer de cada contexto da atividade humana. Assim, a avaliação requer de parte a parte, do avaliado e de seu avaliador, um compromisso tácito ou documentado, tradicional ou institucionalmente avalizado, para com as três determinações essenciais: a) a natureza particular da objetivação (e de seus momentos constitutivos); b) o caráter processual de todo atualizar e realizar humanos, segundo os objetivos peculiares a cada um; e, por fim, c) o respeito aos critérios enunciados e explicitados – em sua relação ao ciclo que se avalia – de forma a avaliação pondere efetivamente o processo de modo íntegro, honesto e com o mínimo de distorções.

Ora, a história dos diversos eventos de avaliação das atividades de formação e publicação da produção científico-acadêmica pela CAPES primou sempre por descurar, em maior ou menor medida, dos três pilares fundamentais da atividade avaliativa. Este itinerário pode ser reconstruído a quem se der o trabalho, mas não pode ser aqui tocado senão em seu deletério evolver (e revolver) último.

Certamente, o que se vê hoje no findar da quadra histórica dos vinte primeiros anos do século XXI com relação à avaliação da editoria científica entre nós exhibe, em sua particularidade “regional” (como região da totalidade capitalista brasileira), praticamente todos os elementos do que o saudoso José Chasin denominou de *capital atrófico*. Ao sintetizar a maneira bastante peculiar pelo qual o capitalismo subordinado, de origem colonial, veio a ser e vem sendo, consoante às diversas mudanças escalares da acumulação mundial de capitais, neste quadrante social do mundo.

Caracterizado este formato de capital por sua incompletude no que concerne aos seus ciclos de realização, por seu congênito descompasso em relação às dinâmicas capitalistas mais bem assentadas, por sua subordinação quase incontrastável aos ditames reprodutivos internacionais (daí pela artificialidade das inserções postiças das “boas novas”), e, enfim por suas – mas não menos deletérias – formas de expressão e articulação políticas de talhe autocrático e de vestes monocráticas de dominação. Estas formas de expressar-se institucional e politicamente o mando do capital entre, e sobre, nós são as pelas quais amiúde se impõem, sempre de cima abaixo, as diretrizes de parte da sociabilidade àquelas que estejam, circunstancial ou essencialmente, subordinadamente situadas numa dada dinâmica social.

O processo de “avaliação”, cujos resultantes podem vir a perverter e mesmo aniquilar custoso, doloroso e laborioso esforço de constituição de um conjunto (desarticulado, é verdade) de publicações da área de educação, exhibe de modo fulgurante o perfilado de “virtudes” do capital no Brasil.

Senão, vejamos, por pontuações, ainda que sumarizadas, o quanto a CAPES acaba por expressar uma aparente inapetência para avaliar no sentido efetivo da palavra, e isto quando se volta exatamente à área de educação.

Primeiramente, há que se assinalar um aspecto tópico, da superfície, mas que espelha, como se verá mais à frente, uma dimensão mais essencial pressuposta e não visível do

problema em tela. O modo como se atrela a avaliação dos periódicos científicos àquela dos programas de pós-graduação. Sua aparente “naturalidade”, a qual exhibe um fantasioso caráter auto evidente, oculta a distinção específica de duas atividades que, não obstante sua relação íntima e essencial, perseveram como dois momentos de uma *unidade diferenciada*. Certamente, boa parte da pesquisa mundial, produzida e/ou orientada em programas de pós-graduação têm nos periódicos científicos sua via de publicização. O que, entretanto, não equivale a dizer que a missão de um periódico científico seja a dar de publicidade unicamente aos resultados daqueles investimentos de pesquisa. Periódicos científicos também podem e devem ser veículos de debates conceitual e de fronteiras dos diversos campos do conhecimento, veiculando trabalhos nos quais a diversidade complexa dos problemas sejam trazidos à tona e se tornem patrimônio da comunidade científica.

Ao proceder sob o signo da indistinção entre estas as duas peculiares atividades, a CAPES incita, deliberadamente ou não, uma subordinação tácita do debate científico brasileiro e feito no Brasil, aos limites próprios aos programas de pós-graduação. Programas de pós-graduação são entidades sociais de formação de quadros *por meio da pesquisa científica*, a qual, em geral, mesmo nas “áreas duras”, ultrapassa as fronteiras dos PPG e de suas instituições e se dá em nichos cada vez mais internacionalmente colaborativos e transdisciplinares. Por que razões de princípio se interditar, ainda que sob o velo da resposta aos índices de produtividade universitária (coisa ela mesma por demais eivada de problemas e distorções), o debate categorial e de inovação nos periódicos científicos?

Por que a insistência em se medir dois momentos de um complexo como se ou bem fossem idênticos, ou bem se devesse por “natureza” subsumir um ao outro?

Em segundo lugar, tem-se de referir o modo como a internacionalização da cientificidade é pensada e infirmada pelo processo de avaliação dos periódicos. Questão que se subdivide em pelo menos dois termos. Um exame mais detido das “alternativas” postas na mesa “para discussão” da comunidade científica, revela a tendência de subsumir a editoria científica brasileira da área de educação aos *standards* editoriais internacionais, muitos deles atinentes a uma realidade diversa da nossa, arrimada em esquemas altamente profissionais e capitalizados. Ou seja, as formas de atualização postiza dos elementos de realização do valor/mais-valor entre nós se expressam aqui na importação abstrata de parâmetros que mundialmente vão se impondo apesar da lógica interna às cientificidades. Tais “critérios” são afirmados e impostos na esteira da absorção das antigas editorias de ciência acadêmica dos países (algumas delas tão antigas quando a *Royal Society*) pela maré montante social que transforma a dinâmica da difusão científica em mais um nicho de “modelo de negócios”. A publicização do conhecimento é convertida em um ramo como outro qualquer a *ser capitalizado* e que deve, neste sentido, realizar na forma final de lucros e rentabilidade um dado “investimento” de seus proprietários. Nada a estranhar que periódicos e conjuntos editoriais bicentenários acabem tomando o formato de acesso pago e/ou de assinaturas como forma de “oferta” ao público.

Esta internacionalização subordinada que se nas “alternativas” de, e ao, *Qualis* expressam por isso alto grau de abstração com relação à realidade brasileira. Pressupõem-se, a este respeito, a existência de condições de realização de editoria científico-acadêmica que não apenas inexitem no território brasileiro, mas que são descomunalmente minoritários mesmo em diversos países capitalisticamente

irresolvidos. São, em geral, critérios de avaliação que se desdobram em demandas organizativas, tecnológicas, quadros de pessoal e de gerenciamento, para não falar de financiamento, que são virtualmente impossíveis de serem atendidas a contento por praticamente todos os periódicos científicos brasileiros, de todas as áreas e subáreas. São esses preponderantemente resultados de trabalho academicamente vinculado e delimitado pela pertença institucional de seus grupos. Somos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos que desempenham suas tarefas e criam proposituras juntos aos periódicos, que buscam inovar e qualificar as editorias, como parte de nossas atribuições profissionais, sem auferir nenhum ganho em termos fiduciários (nem mesmo obtém-se diminuição de encargos normais como forma de reconhecimento) em função do que se faz e se produz neste âmbito.

O outro ponto que diz respeito a esta integração subordinada é aplicação das métricas internacionais de maneira meramente algorítmica. Em outros termos, trata-se o tema da adaptação e tradução de padrões de mensuração de desempenho originado em outros contextos sociais – em termos geopolíticos e econômicos – como assunto a ser resolvido mediante “ajustes” formais. Isto, quando não se trata de “propor” pura e simplesmente a “aplicação” da mensuração feita alhures, e por alhures, à produção bibliográfica realizada por meio dos periódicos brasileiros. Eis o que está em jogo em ambas às “alternativas” de mudança da já problemática “qualificação”.

O que nos leva ao terceiro traço *capitalista atrofico* deste processo avaliativo: a natureza de seus critérios. Este quesito, por sua vez, por ser desmembrado em uns tantos. Um deles, atinente ainda à suposta aplicabilidade neutra da mensuração algorítmica, é o modo como se impõe acriticamente, sem ajuizamento de suas pertinência, legitimidade e acuidade – sem, portanto, *avaliação* – uma dada régua abstrata de medição de citações frequentes como o principal, ou quiçá, o único, instrumento de aferição do desenvolvimento dos periódicos.

Aqui de um golpe dão-se dois processos de adstrição, igualmente gravosos. De um lado, a avaliação se reduz à impostação de um instrumento de mensuração a um processo temporal e socialmente complexo. De outro lado, tem-se constrição da internacionalização a uma mera sujeição de mão única de um momento da produção acadêmica no Brasil a uma transnacional do proxenetismo de informação. Não se parece suspeitar que a virtual diminuição do vasto continente de periódicos em educação em umas poucas ilhotas de suposta competência internacional. Esta restrição perpetrada com a mediação de um algoritmo comercial tornará impraticável a difusão de pesquisas de tradições inteiras, dado o efeito vinculante à avaliação dos PPGes. Parte considerável da pesquisa em educação se definem como regionais, tanto em sua acepção geográfica quanto conceitual. Estas não terão mais veículos de difusão, uma vez que estes perecerão sob o mando da restrição de financiamento, justificada e sancionada por uma avaliação subordinada abstratamente gerenciada. Patente é o efeito de reprodução dos ciclos restrição vindouros, dada a natureza necessariamente reprodutiva de tudo que socialmente se produz e se mantém. Os critérios informados desvelam a estreiteza de horizontes de sua concepção de internacionalização quando parece passar despercebido que, principalmente para a área da educação (porém não somente, que se repise), internacionalizar é tornar o particular universalmente conhecido e difundido. Algo bem diverso do que pode ser observado em outras áreas, nas quais o conhecimento das universalidades é que se desdobram em regionalidades epistêmicas.

Do ponto de vista da internacionalização, dada a abundante distribuição de desenvolvimento desigual mundo à fora, em nada surpreenderá que uma pesquisa bastante circunscrita em um município ou acerca de um aspecto demasiado particular de um problema educacional brasileiro venha a interessar alguém na Finlândia ou em Botswana!

Que a publicação da produção científica brasileira em línguas outras (nomeadamente em inglês) seja uma demanda real, não significa necessariamente que não possa ser atendida por periódicos brasileiros vinculados e conhecedores da realidade que se estuda e se torna pública. Uma vez que tal carecimento se põe antes de tudo *em nosso nome*, dos pesquisadores e estudiosos brasileiros em educação, para difundir o que fazemos.

A unilateralidade da internacionalização pretendida pela avaliação aventada se exprime, ademais, neste âmbito, ao explicitar o lado ainda mais “raiz” desta subordinação particular, ao eleger-se o sortílego **índice H**. Isto facilmente se verifica na medida em que este instrumento formal, *uma rotina algorítmica de mensuração de periodicidade e frequência*, sequer foi gestada e desenvolvida em algum nicho propriamente acadêmico de primeiro mundo. É, diversamente, uma ferramenta virtual “disponibilizada” por uma gigante do setor de transformação da informação em mercadoria. Aqui o secular modismo universitário foi substituído pela simples sujeição a um esquema empresarial internacional.

A este respeito, é imperioso salientar que, como em todo bom “ramo de negócios”, tais métricas são baseadas em metodologia socialmente não transparente, em razão de seus parâmetros de cálculo não serem de conhecimento público. Como empreendimento realmente capitalista, seus protocolos obedecem estritamente à lógica empresarial ainda que diferenciada. Estas empresas conquanto não detenham patentes dos algoritmos dos motores de busca (como Google), preservam o segredo da arquitetura de seus códigos como um aspecto importante de sua posição de mercado. De certo modo, há uma revisitação das formas pelas quais agiam as corporações de ofício na relativamente longa transição entre o medieval e o período das grandes oficinas capitalistas. Em outros termos, mesmo se distinguindo da forma usual comercial, a lógica que seguem não é aquela que (ainda) vige, bem ou mal, no ambiente da produção do conhecimento científico e tecnológico academicamente organizado.

Em quarto lugar, enumere-se um aspecto que, em certa medida, traduz a cruel tragicomicidade que emoldura e figura a forma da avaliação aqui brevemente esquadrihada em seus meandros problemáticos: não parece haver, pois, um compromisso criterioso com os próprios critérios inicialmente configurados e explicitados para um dado período de formação a ser avaliado. Faz parte do folclore acadêmico brasileiro a experiência, bem como as deletérias consequências de várias ordens, de os sujeitos avaliados verem-se sempre com constantes mudanças de regras de ponderação e de parâmetros deajuizamento de desempenho, em pleno curso do processo de avaliação. Com o fito de se imaginar o surrealismo da situação é como se um estudante tivesse feito todo um curso segundo certos parâmetros curriculares e de atividades específicas e, no momento em que ele responde aos instrumentos avaliativos, estes fossem subitamente recolhidos e trocados por outros que passam espelhar definições e critérios não declarados ao início do semestre. Afinal, o que se estaria avaliando, quando os critérios inicialmente demarcados são constante e continuamente suspensos, “ajustados” ou trocados por outros?

Esta mudança nos critérios de avaliação ocorrendo no meio do período em acompanhamento, tornada já um verdadeiro hábito antediluviano nos diferentes comitês de área traz implicativamente a insegurança institucional para o trabalho de estruturação e de editoração científica (para não citar o de produção e formação científica).

Não há a rigor processo de avaliação, e menos ainda avaliação processual, quando se rompe a determinação praxiológica (mas igualmente axiológica) da vigência de um conjunto determinados de critérios, traduzidos (mas não reduzidos) em certos instrumentos de avaliação correspondentes, numa temporalidade clara e publicamente circunscrita. Vertendo-se em miúdos, gostando-se ou não, critérios de avaliação anunciados para um determinado período não poderiam alterados ou simplesmente substituídos, a não ser em se modificando também o intervalo de sua validade avaliativa: não deve alterar critérios dentro do quadriênio em avaliação! Critérios novos deveriam vigorar apenas para o futuro.

Por fim, que se assinale, não sem risco advindo de não se pertencer aos círculos de “excelência”, o talhe impositivo que preside, geralmente, a instauração de políticas de avaliação acadêmica e científica. Neste sentido, as proposituras oriundas da CAPES se assemelham mais a determinações que propostas. Suas formas de encaminhamento, tanto no que tange à elaboração quanto à implementação, de avaliação de políticas e de políticas de avaliação, têm infelizmente primado também pela sua opacidade relativa, porém habitual.

Seja no que respeita ao sentido amplo da vida acadêmica, seja no campo de atividades de editoria de periódicos científicos, está pressuposta, uma determinada perspectiva acerca da política científica nacional, sem que se a explicita como mandatário seria. Uma concepção de política científica defendida por determinados grupos, originalmente de docentes, que, inclusive por seus méritos científicos em maioria, acabaram se assentando em nichos de proposição e avaliação das agências de fomento no decorrer das últimas duas décadas e meia, transformando-os, deliberadamente ou não, veículos de difusão de suas visões de ciência. Esta hegemonia, pretendida ou não (uma vez que não se trata aqui de uma peça acusatória, mas de um mero diagnóstico sumário), tornou esta *visão de cientificidade* uma normativa operante, mas jamais explicitada em seus lineamentos fundamentais para o conjunto da comunidade acadêmica brasileira.

O quadro se torna ainda mais gravoso quando se atina para o fato de que aqueles que engendraram tão monstruosa criação são *representantes e pesquisadores* das próprias áreas e não um corpo burocrático desvinculado da formação, da produção e da difusão social do conhecimento científico e tecnológico.

De certo modo, exprime-se aqui, certamente à revelia de grande parte deste contingente altamente qualificado e comprometido com a ciência, um traço expressivo da lógica societária posta em marcha pela forma como o capital se deu e se dá entre nós. Pois, independentemente do talhe de excelência que possa caracterizá-la ou do potencial de competitividade internacional que esta virtualiza, a perspectiva de cientificidade que vertebrava mais essa mudança de curso em plena viagem, em momento algum foi sequer explicitada (quanto mais posta em discussão) ela mesma com a comunidade acadêmica. Afora isso e, para além das práticas procedimentais de sua elaboração e vigência, tal concepção exhibe como aspectos mais salientes uma desvalorização potencial tanto das áreas de desenvolvimento conceitual quanto de caráter mais crítico da realidade social.

Considerando-se a explicitação crítica até aqui desenvolvida, fazemos nossos os termos do *Manifesto GT 9 - Trabalho e Educação | Por uma avaliação de periódicos pautada nos interesses soberanos da maioria da população brasileira*. Este documento foi recentemente exarado pelos editores/as dos periódicos científicos vinculados ao GT 09 – “Trabalho e Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) - reunidos no V Intercrítica, do qual a revista *Trabalho&Educação* é signatária de primeira hora. Aos valorosos colegas de editoria científica da área da educação, nosso periódico vem a público portanto declarar que:

Defendemos uma política de Ciência e Tecnologia soberana, o que demanda:

1. Mais verbas para a educação e para a ciência e tecnologia orientadas pela gestão democrática dos recursos segundo os interesses públicos e não pelos interesses privados e de mercado;
2. Um modelo de avaliação de periódicos que tenha por finalidade o diagnóstico e a superação das dificuldades enfrentadas pelos periódicos científicos para garantir maior qualidade editorial, efetivo impacto social e maior visibilidade internacional;
3. Que os critérios de avaliação sejam amplamente discutidos com autoras(es) e editoras(es), considerando as exigências de uma política científica e tecnológica voltada para a formação de novos pesquisadores e o desenvolvimento de pesquisadores experientes, norteados pelos princípios de desenvolvimento humano, de soberania do povo brasileiro e de participação democrática e popular na gestão dos recursos destinados ao desenvolvimento do trabalho editorial do país;
4. Que o processo de avaliação da produção científica seja conduzido pelos pares, considerando a absorção qualitativa do conhecimento no processo de produção científica própria da realidade brasileira, sendo realizada por autores, avaliadores e editores de periódicos científicos que efetivamente a constroem;
5. Que nenhuma avaliação seja realizada sem o amplo e prévio conhecimento dos critérios previamente estabelecidos a partir de amplo debate com a comunidade acadêmica nacional;
6. Que enquanto trabalhamos para a garantia de uma ampla revisão da avaliação, sejam respeitados os acordos estabelecidos para a avaliação entre o CTC-ES/CAPES e a ANPEd, por intermédio do FORPRED e do FEPAE, ou seja, que a avaliação dos periódicos do quadriênio (2017-2020), seja realizada de acordo com o Documento “Educação – Qualis Periódicos (2017-2020)” e que se abra a discussão democrática sobre qualquer proposta de alteração futura (ANPEd-GT9, 2020).¹

Tomando por pressuposto a urgência das demandas da área educacional brasileira, mas sem confundir urgência com pressa, *Trabalho&Educação* traz neste número mais um precioso conjunto de elaborações que versam sobre diferentes aspectos das relações entre a atividade produtiva humana em seu modo histórico particular e a atividade formativa humana, ambas socialmente determinadas.

Abre essa edição de *Trabalho&Educação* o artigo do pesquisador da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lincoln – Reino Unido, professor Glenn RIKOWSKI, *CRITIQUE OF THE CLASSICAL THEORY OF EDUCATION CRISIS (CRÍTICA DA TEORIA CLÁSSICA DA CRISE DA EDUCAÇÃO)* em uma ótima tradução da doutoranda em educação Uyara de Salles Gomide. O artigo aborda a Teoria Clássica da Crise da Educação para compreender a constituição e explicar a crise educacional na sociedade contemporânea. Seguindo um breve esboço do conceito de crise e da

¹ Disponível em <https://anped.org.br/news/manifesto-gt-9-trabalho-e-educacao-por-uma-avaliacao-de-periodicos-pautada-nos-interesses>. Acesso em: 12 dez. 2020.

historiografia da noção de crise educacional da Segunda Guerra Mundial à recessão neoliberal de 1980-82, este artigo apresenta um esboço da Teoria Clássica da Crise da Educação conforme exposto de maneira mais completa no clássico de *Madan Sarup: Educação, Estado e Crise: Uma Perspectiva Marxista* (1982). O cerne da Teoria Clássica está no fato de que as crises da educação são derivadas das crises econômicas. Posteriormente, é apresentada a Crítica da Teoria Clássica. Sua relação com o pensamento estruturalista (e sua vinculação ao determinismo, funcionalismo e reducionismo) bem como o influxo do imperialismo da economia são algumas de suas principais deficiências. A conclusão indica o terreno a percorrer e reforça a necessidade de se avançar à perspectiva da Teoria Clássica da Crise da Educação.

Yves CLOT, Professor titular de Psicologia do Trabalho do *Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM/Paris*, contribui com a tradução para o português de sua Conferência proferida no Colóquio Internacional “*Le travail enseignant au XXI Siècle*”, realizado em março de 2011 em Lyon, França. A cuidadosa tradução foi feita pelo professor Wanderson Ferreira Alves. Intitulado *O TRABALHO DOCENTE E A SAÚDE DOS PROFESSORES: O COLETIVO COMO RECURSO?*, o artigo discute a problemática do trabalho e da saúde dos professores tendo como base o aporte da clínica da atividade. Nesse sentido, mobiliza os quadros conceituais da perspectiva teórico-metodológica da clínica da atividade para pensar o lugar do coletivo e de suas dinâmicas nos processos trabalho-saúde no campo profissional mais amplo e, em particular, no âmbito do trabalho docente

Carmen AROZTEGUI e Nicolás Eduardo MARRERO nos brindam nessa edição com um sensível artigo cujo título é “*UN CLIC Y ESTÁS AFUERA*”: *MIRADAS DESDE EL AUDIOVISUAL DEL SUJETO-TRABAJADOR DESDE EL TAYLORISMO AL TRABAJADOR DE ENTREGAS POR PLATAFORMA*. Carmen e Nicolás nos convidam a trilhar um percurso no universo de três obras cinematográficas, por meio do qual são discutidos alguns temas centrais da sociologia do trabalho. A análise articula os sujeitos do trabalho - suas emoções, afetos, sofrimentos - e as situações de trabalho a que estão constrangidos ou submetidos. Primeiramente, somos convidados a uma imersão em cenas que retratam o taylorismo-fordismo, modelo clássico de organização do trabalho. A seguir, são apresentados aspectos particulares do Uruguai, onde ilustra-se uma inserção nesse modelo. Por fim, chegamos ao contexto atual, diante de cenas de precarização do trabalho mediado por tecnologias de informação e comunicação, quando a atividade laboral é controlada e gerida por meio das chamadas plataformas digitais.

Abrindo as contribuições nacionais desse número de *Trabalho&Educação*, temos uma excelente contribuição de Alinne Conceição Alves Silva DANTAS, Rosária Helena Ruiz NAKASHIMA, Rejane Cleide de Medeiros ALMEIDA. No artigo *PRÁTICAS EDUCATIVAS DE EDUCADORAS(ES) DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA “ZÉ DE DEUS” EM COLINAS DO TOCANTIS (TO)*, as autoras, valendo-se da história oral, com narrativas de histórias de vida de seis professores, nos apresentam reflexões sobre as práticas educativas de educadoras/es da Escola Família Agrícola (EFA) “Zé de Deus”, localizada no município de Colinas do Tocantins, no estado de Tocantins.

Juliana ANTUNES e Stella GOULART nos apresentam *PROFESSORES: SOFRIMENTO MENTAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA? O* artigo discute o sofrimento mental de docentes na universidade pública brasileira contemporânea. São abordados, neste texto, parte dos dados resultantes de pesquisa qualitativa exploratória, realizada

em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), em parceria com o Sindicato dos Professores, resultantes da realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante em “Rodas de Conversa” sindicais sobre o tema. Identificou-se que o assunto é invisibilizado e que aqueles professores que comunicam seu sofrimento são chamados a normalizar suas expressões, configurando-as como uma questão individual, psiquiátrica ou jurídica.

No artigo intitulado *100 PALAVRAS PARA ENTENDER A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM GLOSSÁRIO PARA A EPT*, André Fernandes Rodrigues PEREIRA e Glauco Vaz FEIJÓ nos apresentam os resultados de uma pesquisa terminológica que resultou na elaboração de um glossário sobre Educação Profissional e Tecnológica (EPC). Além de apresentar o glossário e descrever o percurso da sua construção, o texto também analisa sua aplicação piloto em um grupo de docentes da EPT. Assim, o artigo apresenta valiosa iniciativa voltada para enfrentar um relevante problema apontado pelos autores: “muitas palavras utilizadas no contexto da EPT, oriundas de teorias e pesquisas, são desconhecidas ou ressignificadas e podem acabar ignoradas ou mal-empregadas por parte de profissionais envolvidos nas práticas da educação profissional”.

O artigo *EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO DUAL*, das autoras Denise Bianca MADURO SILVA, Rosemary Dore HEIJMANS e Priscila MOREIRA, parte de uma dura realidade que marca a sociabilidade capitalista no campo da formação humana: a divisão entre a escola do saber das elites dirigentes e a escola do fazer que atende os grupos sociais subalternos. Nesse sentido, o artigo problematiza historicamente a configuração dual que institui no Brasil um bloco de educação profissional-tecnológico e outro bloco marcado pela formação geral propedêutica que leva aos cursos superiores. Por meio de revisão bibliográfica e documental, são identificados argumentos que contribuíram para construção e manutenção dessa dualidade que marca o sistema de ensino brasileiro. Também ganham ênfase no artigo as políticas educacionais destinadas à educação profissional, em especial aquelas que nortearam o ensino médio técnico no Brasil.

Valdinice Ferreira da MOTA e Denise BRAGA, em seu artigo *FORMAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO IFNMG – CAMPUS ARINOS*, analisam como o Curso Técnico repercute na inserção social e profissional no Vale do Uruçuia, a partir da visão dos egressos. Nos termos das autoras, busca-se “estudar o envolvimento dos alunos com as disciplinas ofertadas, seus interesses, realidades, dificuldades e o incômodo: qual o papel do Campus Arinos na formação destas pessoas? O Curso Técnico em Administração contribui para a inserção social e profissional dos alunos?”

Ana Carolina CARIUS, no artigo *A CRISE DAS EVIDÊNCIAS: A COVID-19 E A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DOS DOCENTES DE MATEMÁTICA NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS*, emprega a noção de uberização das relações de trabalho para problematizar a precarização do trabalho docente no município de Petrópolis, com foco nos(as) professores(as) de matemática da rede municipal. Conforme nos releva a autora, no atual cenário da pandemia provocada pelo Coronavírus, os contratos temporários de docentes do município foram suspensos, ampliando e agravando crises estruturais da Educação, bem como as crises pessoais vividas pelos(as) docentes.

Na última contribuição da seção artigos desse número, Uyara de Salles GOMIDE, Neusa Pereira ASSIS, Fernando Selmar Rocha FIDALGO, em uma contribuição original,

ENCARCERAMENTO EM MASSA E NECROPOLÍTICA: AGRAVAMENTO DA CRISE CARCERÁRIA NA PANDEMIA DO COVID-19, nos apresentam “o colapso do sistema prisional brasileiro em um contexto de crise do capitalismo aprofundada pela pandemia do novo-coronavírus”, por meio da investigação da “relação entre o sistema econômico vigente, o encarceramento em massa e a crise carcerária evidenciada pela pandemia. Com base na perspectiva da Criminologia Crítica, realizou-se pesquisa de cunho bibliográfico, documental e descritivo, tendo em vista problematizar os limites do direito penal, da democracia burguesa e da própria política”.

Finalmente, convidamos o leitor a verificar a seção RESUMOS onde publicamos e, serve de convite à leitura, os resumos de duas teses de doutorado e duas dissertações de mestrado.

Boa Leitura!

Antônio José Lopes Alves²

Hormindo Pereira de Souza Junior³

Rodrigo Moreno Marques⁴

² Doutor e Mestre em Filosofia, respectivamente, pela UNICAMP e pela UFMG, Membro dos Grupos de Pesquisa Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes e Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (CNPq), Membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG e da Comissão de Ética Pública da UFMG. Integra o Comitê Editorial da Revista *Trabalho & Educação* e é Professor do Colégio Técnico e do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE), ambos da UFMG. E-mail: ajlopesalves@gmail.com.

³ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Educação pela UFMG. Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutorado em Filosofia Política e Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado da UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da FAE-UFMG. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação (GEPMTE) da FAE-UFMG. Editor da Revista *Trabalho & Educação*. Desenvolve pesquisas no campo de confluência entre trabalho, política, formação e emancipação humana. E-mail: hormindojunior@gmail.com

⁴ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG. Pós-Doutorado na *University of London* (Reino Unido) e na Faculdade de Educação da UFMG. Professor da ECI (UFMG), onde é membro do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Integra o Comitê Editorial da Revista *Trabalho & Educação* e o GEPMTE (Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação) da FAE-UFMG. E-mail: rodrigomorenomarques@yahoo.com.br